

**REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.
Et possint serâ posteritate frui.*



R IHGB, Rio de Janeiro, a. 170, n. 443, pp. 9-332, abr./jun. 2009.

SUMÁRIO

Apresentação <i>Miridan Britto Falci</i>	9
I– DOSSIÊ: 1759-2009: duzentos e cinquenta anos da expulsão dos jesuítas das Américas	
• Pombal e a Companhia de Jesus <i>Francisco José Calazans Falcon</i>	11
• A Companhia, Gusmão e Pombal: do Tratado de Madri à expulsão do Império <i>Renato Pereira Brandão</i>	21
• José Cardiel, trajetórias de viagem <i>Maria Cristina Bohn Martins</i>	57
• Capuchinhos e Jesuítas: emissários do poder político europeu (séculos XVI-XVII) <i>Maria Luisa Nabinger</i>	87
• A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil na visão de um escritor romântico e nacionalista do século XIX <i>Eliane Cristina Deckmann Fleck</i>	97
• Antonio Vieira entre o púlpito e a tribuna: algumas reflexões sobre O Sermão do Bom Ladrão e o Papel Forte <i>Beatriz Helena Domingues</i>	131
• Retórica e persuasão na arte barroca: a pintura do teto da nave da igreja do Seminário Jesuítico em Santarém <i>Magno Moraes Mello</i>	155
• A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens <i>Márcia Amantino</i>	169
• A recuperação econômica da Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão <i>Luiz Fernando Medeiros Rodrigues</i>	193

II – INÉDITOS

- A transferência da Corte para o Brasil, 200 anos depois.
Balanço comemorativo e historiográfico 249
José Luis Cardoso
- Famílias e conspiradores em Pernambuco, 1817 267
Teresa Cristina de Novaes Marques

III – COMUNICAÇÕES

- 1808-2008 – Por uma nova história da administração
pública brasileira 287
Frederico Lustosa da Costa,
Julia O'Donnell e Pedro Barbosa Mendes
- Um grande personagem do século XVII:
Salvador Corrêa de Sá e Benevides 313
Vasco Mariz
-

II – INÉDITOS

A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA O BRASIL, 200 ANOS DEPOIS. BALANÇO COMEMORATIVO E HISTORIOGRÁFICO

José Luís Cardoso ¹

Resumo:

Procede-se neste texto a uma apresentação das principais atividades desenvolvidas, quer em Portugal quer no Brasil, no âmbito das comemorações do bicentenário da transferência da corte portuguesa para o Brasil. Trata-se de um balanço que registra as mais importantes exposições artísticas e documentais, colóquios e conferências de caráter acadêmico, e publicações em livro e em números especiais de revistas. O elenco de publicações referenciadas é deliberadamente centrado nos anos de 2007 e 2008. Apesar de não ter propósitos de revisão historiográfica, o texto conclui com uma breve apreciação dos contributos fundamentais das comemorações para a renovação da historiografia luso-brasileira relativa ao período histórico e às problemáticas em análise.

Palavras-chave: transferência da corte, D. João, historiografia

Abstract:

This essay presents a brief survey of the main activities that took place in both Portugal and Brazil in the context of the programmes put forward to celebrate the bicentennial of the transfer of the Portuguese court to Brazil. This general assessment offers a critical account of the main art and history exhibitions, university conferences and seminars, and published materials in books or special issues of academic journals. The list of publications is deliberately focused on the years 2007 and 2008. Though the aim of this article is not to provide a critical historiographical revision, it concludes with a brief appraisal of the most relevant contributions of the commemorative events for the renewal of Portuguese and Brazilian historiography related to the problems and period under analysis.

Keywords: transfer of Portuguese court, D. João, historiography

I

Os anos de 2007 e 2008 proporcionaram diversos momentos de evocação ou comemoração do bicentenário da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Esta resenha tem como objetivo proceder a um balanço dos principais acontecimentos destinados a celebrar tal efeméride. Na impossibilidade de se registarem todas as iniciativas promovidas, procurar-se-á chamar a atenção para as que deixam marcas perenes e sinais duradouros de contribuições para a renovação da herança historiográfica relativa a este período histórico. A partir de tais registros, que ultrapassam o tom da festividade efêmera, será ensaiado um balanço das novidades trazidas em relação ao estudo e interpretação do significado e implicações

1 – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

da transferência e permanência da Corte no Brasil. Esse é, afinal, o mérito que as comemorações sempre possuem, ou seja, permitir a criação de um pretexto oportuno para se aprofundar e enriquecer o conhecimento histórico disponível sobre uma dada época.

De facto, a transferência da Corte foi um evento bem aproveitado como pretexto para recordação e análise de um período decisivo para a construção do destino histórico português e brasileiro. No entanto, a responsabilidade e iniciativa organizativas conheceram, num e noutra país, ritmos e dinâmicas bem diferentes. Em Portugal chegou a ser criada uma comissão responsável pelas comemorações que, não obstante o interesse e empenho do seu comissário, pouco mais logrou do que fazer-se representar nas sessões públicas em que a transferência da Corte foi evocada. Sem orçamento nem programa próprio, sem enquadramento institucional digno desse nome, relegada para um lugar subalterno de enorme contraste com a pompa de meios dedicados a celebrações politicamente mais úteis – como foi o caso das comemorações dos Descobrimentos e como será o caso das comemorações da República – a comissão portuguesa “200 Anos Portugal-Brasil” viu o seu papel ser preenchido pelas iniciativas desencadeadas por instituições de vocação acadêmica e universitária.

No caso brasileiro, notou-se maior empenho político de diversos governos estaduais que organizaram ou promoveram colóquios, ciclos de palestras, pequenas exposições, programas educativos para escolas do ensino secundário e até desfiles navais, reconstituições históricas, concursos gastronômicos e cortejos alegóricos. Por razões que decorrem do próprio conteúdo da mensagem central que procurou ser transmitida – a reabilitação histórica da figura de D. João e da família real, cuja imagem foi no passado ainda recente tão denegrida pela historiografia oficial brasileira e pelas vozes populares que dela fazem eco – compreende-se o maior empenho no apoio institucional prestado às diversas comemorações que ocorreram em território brasileiro.

Merece especial destaque o envolvimento direto da Prefeitura do Rio de Janeiro que suportou o ambicioso e bem-sucedido programa da “Comissão para as Comemorações pelo Bicentenário da Chegada de D. João e da Família Real ao Rio de Janeiro” – abreviadamente “D. João VI no Rio” – presidida pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva. O patrocínio que esta comissão deu à organização de múltiplas atividades educativas, culturais e lúdicas, do mais erudito ciclo de conferências ao mais popular desfile de escolas de samba no Carnaval do Rio, funcionou como aval

seguro e garantia de qualidade de um programa comemorativo com enorme peso simbólico e inegável repercussão pública.

Os periódicos e revistas de maior expansão no Brasil (*Globo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Veja, Época*, entre outros) organizaram dossiers alusivos e suplementos especiais sobre a transferência da Corte. A *Revista de História da Biblioteca Nacional* (nº 28, janeiro 2008) fez sair um número com tiragem especial e integralmente dedicado ao tema, sobre o qual escreveram, em linguagem acessível ao grande público, alguns dos mais reputados historiadores deste período. A cadeia televisiva TV Globo e a associada Globo News organizaram uma série de reportagens e de entrevistas, *1808 – A Corte no Brasil*, perfazendo um total de 10 horas de emissão, que possibilitaram uma ampla difusão e partilha pública do significado da viagem e estadia de D. João no Brasil.

O êxito do trabalho da comissão “D. João VI no Rio” poderá ser escrutinado no futuro graças ao registo que fica, em suporte impresso e digital, das múltiplas iniciativas que apoiou, designadamente para a edição de fontes e de estudos originais sobre múltiplos aspectos da deslocação da Corte, da presença da família real no Rio de Janeiro e da transformação que, de um modo global, afetou a colônia que subitamente adquiriu o estatuto de sede imperial.

Independentemente do relevo das comemorações cariocas, merecem destaque as celebrações que ocorreram na Bahia, que foi o primeiro local de desembarque do Príncipe Regente D. João e de uma parte da sua comitiva. O governo estadual promoveu diversas iniciativas de recordação do desembarque régio e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia organizou um colóquio que decorreu entre 13 e 16 de maio de 2008, sendo de realçar o privilégio dado ao tema da abertura dos portos brasileiros ao livre comércio das nações amigas, primeira medida decretada por D. João em território do Brasil. Durante os meses de março a junho de 2008 esteve patente no Museu de Arte da Bahia uma exposição sobre *A Bahia na Época de D. João*, na qual se procurou efetuar uma reconstituição de aspectos da vida urbana, do quotidiano familiar e do ambiente festivo proporcionado pela estadia episódica da comitiva real, entre 22 de janeiro e 26 de fevereiro de 1808. O catálogo resultante desta exposição ilustra bem a relevância e fascínio dos objetos, enquadrados no tempo e no lugar, para a compreensão deste momento único na história da Bahia.²

2 – ATHAYDE, Sylvia Menezes (org.). *A Bahia na época de D. João VI: a chegada da corte portuguesa*. Salvador: Solialuna (Catálogo de exposição), 2008.

Outra exposição digna de menção foi a que esteve patente no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, entre março e julho de 2008, sob a designação genérica de *Um Novo Mundo, um Novo Império. A Corte Portuguesa no Brasil, 1808-1822*. Também esta exposição proporcionou a edição de um catálogo que fixa em texto e imagem aspectos marcantes da travessia atlântica e da adaptação da família real, da Corte e da administração à nova vida nos trópicos.³ A quantidade e variedade de mostras em exibição no Rio de Janeiro, ou noutras cidades vizinhas, ao longo do ano de 2008, foi deveras impressionante. A título meramente ilustrativo, refiram-se as que decorreram no Centro Cultural da Justiça Federal, sobre a história de algumas instituições criadas na sequência da instalação da Corte no Rio; no Museu Nacional de Belas Artes, sobre a coleção de pintura transferida e adquirida por D. João durante a sua permanência no Rio; na Casa França-Brasil (Alfândega), sobre moda e indumentária, trajes e acessórios na corte joanina; no Arte Sesc (Flamengo), sobre *Rio de Janeiro capital de Portugal*; no Museu do Ingá, sobre *Niterói nos tempos de D. João VI*; e no Museu Imperial de Petrópolis, onde decorreram duas exposições temáticas, cujos títulos indiciam com clareza o conteúdo em exibição: *Travessias – relatos trágico-marítimos da passagem do Atlântico pela Corte portuguesa e outros navegantes*, e *Sonhos – os projetos e feitos de um príncipe clemente e inteligente, que queria ficar no Brasil para sempre*.

Ainda no domínio das exposições artísticas refiram-se a mostra temática sobre *Saúde e Medicina em Portugal e no Brasil – 200 Anos* que decorreu no Museu Histórico do Rio de Janeiro entre julho e setembro de 2008 e nos Museus da Politécnica em Lisboa entre novembro de 2008 e janeiro de 2009. Outras exposições que decorreram em Lisboa foram *Rio e Lisboa, Construções de um Império*, entre junho e julho de 2008 na Universidade Lusíada, dedicada aos problemas da apropriação do território e da organização do espaço urbano, e a exposição temporária de gravura e pintura que esteve em exibição no Museu Nacional de Arte Antiga, entre novembro de 2007 e fevereiro 2008, sob o lema de *O Império em Mudança, 1807-1821*.

3 – TOSTES, Vera Lúcia (org.). *Um Novo Mundo, um Novo Império. A Corte Portuguesa no Brasil, 1808-1822*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional (Catálogo de exposição), 2008.

II

Diversos foram os encontros de natureza acadêmica e âmbito universitário dedicados a esta temática. A primeira iniciativa digna de registro decorreu no Rio de Janeiro entre 22 de maio e 13 de junho de 2007 no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e constou de um curso de formação avançada com o título *1808 – A transformação do Brasil: de Colônia a Reino e Império*. Este curso constituiu importante marco de referência no arranque do programa das comemorações. Teve cerca de 300 participantes inscritos e foi organizado através de um ciclo de palestras posteriormente publicadas em número especial da *Revista do IHGB*. Entre 8 e 10 de outubro de 2007 foi promovido em Lisboa pelo Instituto de Investigação Científica e Tropical e pelo Arquivo Histórico Ultramarino o colóquio intitulado *Memórias Lusófonas: a saída da Corte para o Brasil*, que contou com cerca de 20 comunicações e cuja preocupação dominante foi o levantamento de recursos arquivísticos e o recenseamento de fontes documentais para o estudo deste período. Nos dias 29 e 30 outubro de 2007 a Academia Brasileira de Letras organizou na sua sede no Rio de Janeiro um encontro sobre *O papel de D. João VI na União de Portugal e Brasil*, o qual contou com a participação de membros da Academia das Ciências de Lisboa. Ainda no ano de 2007, entre os dias 26 e 30 de novembro 2007, decorreram as *I Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para o Brasil, 1807-2007*, com sessões alternadas na Academia das Ciências de Lisboa, na Academia Portuguesa da História, na Academia da Marinha e na Sociedade de Geografia de Lisboa, com a colaboração da Comissão de História Militar. Sob o lema do *Bicentenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil* decorreu no Rio de Janeiro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre os dias 21 e 23 de outubro de 2008, o IV Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, estando representados 19 Institutos de diversos Estados brasileiros.

Os dois colóquios universitários de maior dimensão e variedade temática (cada um deles com cerca de 50 comunicações apresentadas e discutidas) decorreram entre 9 e 14 de março de 2008 na Universidade Federal Fluminense em Niterói, e entre 4 e 6 de dezembro de 2008 no Instituto de Ciências Sociais em Lisboa. O primeiro, intitulado *1808 – A Corte no Brasil*, teve incidência centrada nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da estadia da Corte no Rio de Janeiro. O segundo, com o título *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*, procurou

enquadrar a transferência da Corte no contexto das convulsões e conflitos então vividos na Europa.

A presença simultânea de historiadores portugueses e brasileiros nestes colóquios constituiu importante fator de cruzamento de pontos de vista, troca de experiências e tradições historiográficas e valorização da diversidade de perspectivas de interpretação do período histórico em análise. Esse diálogo frutuoso foi ainda o principal motivo de interesse e o objetivo de organização do colóquio que decorreu no Centre Culturel Calouste Gulbenkian de Paris, entre 26 e 28 maio 2008, expressamente dedicado a comemorar o *200^e anniversaire de l'arrivée de la famille royale portugaise au Brésil*. Idêntica motivação esteve presente na primeira parte do encontro entre historiadores portugueses e brasileiros que teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa nos dias 24 e 25 novembro de 2008 com o título de *Entre Portugal e o Brasil. A Corte na América (1808-1821). Balanço e perspectivas historiográficas*, cuja continuação será promovida em 2009 pela Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo.

Outro traço interessante que ressalta, quando se considera a diversidade de colóquios ou ciclos de conferências realizados, é a aproximação pouco comum entre elementos do meio académico universitário e membros da comunidade empresarial de ambos os países. A demonstração de que é possível e desejável o diálogo entre historiadores e empresários foi dada pelo colóquio organizado pela Federação de Comércio do Estado de São Paulo, que decorreu entre 28 e 29 novembro de 2007 sobre o tema *Abertura dos Portos, 200 anos*, no qual foram apresentadas comunicações sobre o significado da liberalização do comércio colonial decorrente da abertura dos portos brasileiros decretada em janeiro de 1808, mas também sobre os desafios de modernização da atual estrutura portuária brasileira. Em idêntico registro se enquadram os dois colóquios promovidos pelo Banco Espírito Santo – o primeiro em Lisboa em 10 e 11 de abril de 2008, e o segundo na Bahia em 21 e 22 de novembro de 2008 – nos quais as comemorações do bicentenário serviram de pretexto para historiadores, cientistas sociais, homens de negócio e atores políticos discutirem *1808-2008 e o futuro das relações económicas Portugal-Brasil*.

Os encontros e colóquios acima mencionados estão longe de constituírem uma listagem exaustiva.⁴ Mas esta seleção, que procurou registrar as conferências mais relevantes, engloba um total aproximado de 200 comunicações, um número que bem demonstra como o pretexto comemorativo se pode constituir em fator de mobilização e desenvolvimento de novas pesquisas. Algumas das comunicações apresentadas correspondem a trabalho pontual sem continuidade, ou que recupera e recicla materiais já anteriormente trabalhados. Porém, na sua maioria, tais comunicações serão revistas, editadas e incluídas em livros; outras serão encaminhadas e submetidas para publicação em revistas de especialidade; outras ainda serão utilizadas pelos seus autores como capítulos de livros em preparação. Em suma, o conjunto de reuniões acadêmicas e universitárias suscitadas pelo bicentenário da transferência da Corte representa, em si mesmo, um contributo inestimável para o aprofundamento deste tema.

III

Foram, entretanto, dinamizadas algumas iniciativas editoriais que antecipam resultados de pesquisas inovadoras. Neste sentido, cumpre destacar o dossier especial sobre “A Corte Portuguesa no Brasil” da revista portuguesa *Ler História* (Nº 54, 2008), com seis artigos que revisitam diversos aspectos sobre as transformações do sistema de exclusivo colonial e sobre a reorganização do novo espaço imperial em consequência da invasão e ocupação do território metropolitano.⁵ A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* promoveu a edição de um número especial (a.168, nº 436, julho-setembro 2007) intitulado “1808 – A transformação do Brasil: de Colônia a Reino e Império”, incluindo um total de quinze artigos que correspondem à quase totalidade das palestras proferidas no já referido curso do IHGB.⁶ O tema específico das “Trajec-

4 – Cf. CARVALHO, José Murilo. “D. João e as histórias dos Brasis.” In *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 56, 2008, pp. 551-572, que cita outros eventos promovidos por diversos Institutos Históricos Brasileiros. No que se refere à parte portuguesa, importa notar que o tema da transferência da Corte está inevitavelmente presente em múltiplos colóquios que têm sido organizados e que terão lugar ao longo dos próximos anos sobre as Invasões Francesas e a Guerra Peninsular, os quais não são cobertos por este balanço.

5 – Cf. PEREIRA, Miriam Halpern. “Apresentação”. In *Ler História* (número especial “A Corte Portuguesa no Brasil”), nº 54, 2008, pp. 5-7.

6 – Cf. LYRA, Maria de Lourdes Viana. “Apresentação”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (número especial “1808 – A transformação do Brasil: de Colônia a Reino e Império”), a.168, nº 436, julho-setembro 2007.

tórias e sociabilidades no Brasil na Corte Joanina” constituiu objeto de atenção dos seis artigos incluídos no dossier especial da revista brasileira *Tempo* (vol. 12, nº 24, janeiro-junho 2008) – organizado pela nossa muito querida, e tão precoce e tristemente desaparecida, Maria de Fátima Gouvêa – em que o tema da transferência é analisado através de um ângulo que privilegia as novas reflexões da história dos atores e redes sociais.⁷ Também a revista *Acervo* (vol. 21:1, janeiro-junho 2008), do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, publicou um número especial sobre “A Corte no Brasil, 200 anos”, composto por nove artigos em que se aprofundam diversos aspectos da temática da transferência.⁸ Por fim, a *Revista Brasileira* (Ano XIV, nº 54, janeiro-março 2008) da Academia Brasileira de Letras, dedicou um número temático com quinze contribuições alusivas à presença de D. João VI no Brasil.

Apesar da proliferação de novos estudos motivados pelas comemorações do bicentenário, é indispensável notar que o tema tem sido constantemente revisitado por historiadores portugueses, brasileiros e de outras nacionalidades. E existem contribuições recentes, anteriores ao ímpeto comemorativo, que fixam balizas essenciais para uma análise especificamente dedicada à transferência da Corte e suas múltiplas implicações, como são os livros de Jurandir Malerba⁹, Kirsten Schultz¹⁰, Lília Schwarcz¹¹ e, num registo de menor erudição mas de maior impacto mediático, o relato de Patrick Wilcken.¹² Neste processo de alguma inovação historiográfica, deve também ser assinalada a reconstrução da figura de D. João VI através de novos registos biográficos que retiram definitiva-

7 – Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima. “Apresentação”. In *Tempo* (número especial “Trajetórias e sociabilidades no Brasil da Corte Joanina”), vol. 12: nº 24, janeiro-junho 2008, pp. 11-14.

8 – Cf. HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. “Apresentação”. In *Acervo* (número especial “A Corte no Brasil – 200 anos”), vol. 21, nº 1, janeiro-junho 2008, pp. 1-4.

9 – MALERBA, Jurandir. *A Corte no Brasil. Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

10 – SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. London and New York: Routledge, 2001. [Edição brasileira: *Versalhes Tropical: Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.]

11 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis. Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

12 – WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Porto: Civilização Editora, 2004.

mente dos cenários de representação as imagens de pusilanimidade e indecisão, acompanhadas de outras falhas de elementar capacidade política para governar a contento dos seus súbditos. Assim, a biografia serena de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa¹³ contribuiu decisivamente para estancar murmúrios historiográficos que teimavam em ridicularizar e menosprezar a figura real, indo afinal ao encontro da abordagem positiva e elogiosa pioneiramente construída por Oliveira Lima, oportunamente reeditado em 2006.¹⁴ Nesta mesma direção vão os registros sintéticos com apontamentos biográficos e enquadramento global da atuação de D. João VI no Brasil, recentemente publicados por Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁵ e Rui Figueiredo Marcos.¹⁶

Para além das novas contribuições para a biografia de D. João, príncipe e rei de Portugal e Brasil, os anos de 2007 e 2008 foram anos de fértil colheita editorial, no que se refere a novos estudos sobre a transferência da Corte e sua vivência no Rio.¹⁷ No domínio da publicação de novas fontes, cabe realçar a cuidadosa edição das cartas inéditas de Carlota Joaquina, uma obra que nos oferece uma diferente imagem da rainha mal-amada, a partir de relatos pessoais e íntimos da sua correspondência familiar.¹⁸ Outro texto pela primeira vez publicado em português foi o relato de viagem de Thomas O'Neil que, apesar de algo fantasioso, é um dos raros testemunhos das condições em que se desenrolou a travessia atlântica da comitiva real.¹⁹ A edição das cartas que Luís Santos Marrocos escreveu ao pai e outros familiares entre 1811 e 1821, coleção magistral

13 – PEDREIRA, Jorge, e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. [Edição brasileira: *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.]

14 – LIMA, M. de Oliveira. *D. João VI no Brasil, 1808-1821*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006 (1ª ed. 1908).

15 – SILVA, Maria Beatriz, Nizza. *D. João, Príncipe e Rei no Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

16 – MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. *Rostos Legislativos de D. João VI no Brasil*. Coimbra: Almedina, 2008.

17 – Saliente-se que todas as referências bibliográficas que seguidamente se apresentam dizem respeito a livros publicados durante os anos 2007 e 2008. Não se individualizam artigos publicados nos números especiais das revistas acima indicadas.

18 – AZEVEDO, Francisca L. Nogueira (org.). *Carlota Joaquina. Cartas Inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

19 – O'NEIL, Thomas. *A Vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil (1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (Introdução de Lilia Schwarcz), 2007.

de registros e notícias sobre a vida da corte, sobre a situação política, econômica e cultural na capital do império nos trópicos, possibilitou um contato alargado com uma das fontes mais apetecidas para a reconstrução do ambiente social no Rio de Janeiro durante o período de permanência da família real.²⁰ Ainda no domínio das fontes epistolares merece referência a edição da *Correspondência Luso-Brasileira*, que integra um conjunto significativo de cartas trocadas entre as famílias Pinto da França e Garcez ao longo do período de permanência da Corte no Brasil.²¹

O conhecimento das fontes disponíveis para o estudo das ações do governo instalado no Rio e suas relações com a regência em Lisboa ganhou nova acessibilidade com o estudo e enquadramento de Ana Canas.²² Outro estudo com atributos heurísticos essenciais foi efetuado por Kenneth Light com base na inédita informação minuciosa (que se conserva no Public Record Office e noutros arquivos da Marinha britânica) sobre a viagem marítima da esquadra inglesa que acompanhou a comitiva do Príncipe Regente D. João.²³

Destacaremos seguidamente alguns trabalhos publicados por ocasião das celebrações do bicentenário, que contribuem para aprofundar e renovar o conhecimento histórico sobre a transferência da Corte. O tema da abertura dos portos e seu significado no quadro de uma mais ampla abertura e liberalização da economia brasileira, criando novas oportunidades para um processo de autonomização econômica e política, constitui o elo de ligação de 12 ensaios incluídos na obra editada por Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero.²⁴ É ainda o tema da abertura dos portos e dos

20 – MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro, 1811-1821*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal (coordenação de Elisabet Carceller Guillaumet), 2008.

21 – *Correspondência Luso-Brasileira. Vol. I – Das Invasões Francesas à Corte no Rio de Janeiro (1807-1821)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008 (Estudo, organização e notas de António Manuel Monteiro Cardoso e António d'Oliveira Pinto da França).

22 – CANAS, Ana. *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: IANTT, 2007.

23 – LIGHT, Kenneth (org.). *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil, 1807-1808*. Lisboa: Tribuna da História, 2007. [Edição brasileira: *A viagem marítima da família real. A transferência da corte para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.]

24 – OLIVEIRA, Luís Valente e RICUPERO, Rubens (orgs.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

dilemas de uma colônia que subitamente vê transferir a sua dependência de Portugal para o império britânico que é revisitado por José Jobson de Andrade Arruda.²⁵

O estabelecimento de novos negociantes no Rio, o seu relacionamento com as estruturas de comércio tradicional, o apetrechamento técnico com vista à satisfação das necessidades de uma procura acrescida de produtos de consumo e de bens de capital para produção manufatureira, são matérias em análise no livro de Isabel Lustosa e Théo Lobarinhas Piñeiro.²⁶ O enquadramento internacional da transferência da Corte e a sua compreensão à luz dos acontecimentos que nesse ano de 1808 marcam a dinâmica do mundo ocidental são apresentados e discutidos no livro de Andrea Slemian e João Paulo Pimenta.²⁷

A presença da Corte no Rio obrigou a múltiplas mudanças na vida urbana e ditou a necessidade de novos equipamentos e espaços públicos. A criação do Jardim Botânico, a organização de trabalhos científicos nos domínios da história natural tendo em vista, por exemplo, a aclimação de plantas de origem asiática, os novos programas de lazer e o fascínio provocado pela beleza exuberante de plantas e espécies vegetais autóctones e transplantadas, são os ingredientes que tornam particularmente atrativo o livro de Rosa Nepomuceno.²⁸ Num registro diferente, explorando os problemas relacionados com a influência do clima tropical nos novos habitantes europeus, as enfermidades, as propostas de saneamento básico e de eliminação de zonas pantanosas, ou seja, as preocupações com questões de saúde pública, estão patentes nos textos de época de autoria de Manuel Vieira da Silva e Domingos Guimarães Peixoto agora editados e comentados por Moacyr Sciliar.²⁹

O estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro deu origem a diversas atividades de âmbito editorial, entre as quais se assinala a pu-

25 – ARRUDA, J. Jobson de Andrade. *Uma Colônia Entre Dois Impérios. A Abertura dos Portos Brasileiros, 1800-1808*. São Paulo: EDUSC, 2008.

26 – LUSTOSA, Isabel e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Pátria e Comércio. Negociantes Portugueses no Rio de Janeiro Joanino*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

27 – SLEMIAN, Andrea e PIMENTA, João Paulo G. *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

28 – NEPOMUCENO, Rosa. *O Jardim de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

29 – SCILIAR, Moacyr (org.). *A saúde pública no Rio de D. João*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.

blicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O livro de Maria Beatriz Nizza da Silva oferece-nos uma seleção de artigos e um roteiro de temas e notícias que foram objeto de atenção dos redactores da *Gazeta*, uma fonte útil para acompanhar o pulsar quotidiano de uma cidade ávida de informação e novidades.³⁰ No plano da vida intelectual e do novo ambiente cultural proporcionado pela cidade do Rio de Janeiro, destaque-se o livro de Vasco Mariz sobre a música no tempo de D. João VI, sobre o repertório de concertos e atividades musicais que ocorreram na Capela Real ou no novo Teatro de São João.³¹ A este propósito, refira-se também que as comemorações do bicentenário criaram oportunidade para novas edições discográficas reveladoras da qualidade de composição de músicos como Marcos Portugal e o Padre José Maurício Nunes Garcia.

Lília Schwarcz publicou um interessante e polémico estudo sobre Nicolas-Antoine Taunay e a missão artística francesa, questionando a própria existência da “missão” enquanto projeto deliberado e encomendado pela Corte, sustentando que terá sido sobretudo fruto de circunstâncias e acasos que tornaram possível o encontro feliz entre a vontade política da Corte e o exílio forçado de artistas franceses de formação neoclássica mas de convicções napoleônicas.³² Ainda no domínio da história da arte no Rio de Janeiro joanino, saliente-se o estudo de Renata Santos sobre a gravura e sua utilização em livros e jornais, o fabrico de mapas e estampas de propaganda, as caricaturas e impressos efêmeros, as técnicas de fabrico da gravura e os seus usos sociais e políticos.³³

As múltiplas implicações de carácter económico, social, político e cultural da transferência da Corte para o Rio de Janeiro são registradas e anotadas no dicionário organizado por Ronaldo Vainfas e Lúcia Bastos Pereira das Neves.³⁴ Trata-se de uma obra com legítimas ambições de síntese, ao jeito de compilação de entradas de enciclopédia, com uma

30 – SILVA, Maria Beatriz, Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

31 – MARIZ, Vasco. *A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

32 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

33 – SANTOS, Renata. *A Imagem Gravada. A gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

34 – VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

sequência alfabética de difícil entendimento mas com inegável interesse de sistematização.

E existem, claro está, livros sem pendor acadêmico nem erudição universitária mas que, talvez por isso, ficam felizes e irremediavelmente destinados a ter enorme sucesso junto do grande público. Tal é o caso do livro de Ruy Castro, que nos apresenta uma história romanceada das tropelias do infante D. Pedro e seu amigo de aventuras Leonardo, penetrando nos costumes e hábitos de uma nova sociabilidade construída na capital emergente do império.³⁵ Império que esse menino traquina (que em 1808 tinha apenas 12 anos de idade) viria a receber em coroa de glória, quando cometeu a ousadia de dizer, em janeiro de 1822, “Eu fico”, e de gritar, em setembro de 1822, “Independência ou Morte”. É também o caso do romance de Hélio Loureiro que nos conta as desventuras de um hipotético cozinheiro do príncipe D. João, que com ele embarcou para o Brasil, que reinventou novas gastronomias com ingredientes brasileiros, que ganhou amores e entristeceu com o regresso a Portugal e que, para além de alimentar bem o seu rei, alimentou também a especulação sobre o regicídio provocado por uma dose fatal de arsênico misturado na comida.³⁶ Ao cozinheiro apenas alegrou a vingança de vitimar de igual maneira aqueles que o tinham arrastado para terrível complô.

Sucesso editorial garantido nem sempre abona em favor da qualidade da narrativa, mas há outros meios para se atingir a fama. D. João, D. Carlota, ministros, secretários e homens públicos feitos personagens de banda desenhada: tal foi a ideia genialmente concebida em desenho por Spacca, servida por texto seguro e fiável de Lilia Schwarcz, onde não falta intriga, *suspense* e imensa criatividade na concepção gráfica de um enredo em quadradinhos, à volta de João carioca.³⁷

Mas quando se fala de sucesso editorial, todo o destaque tem de ser dado ao livro *1808* de Laurentino Gomes, um verdadeiro *best-seller* que se manteve no topo de vendas no Brasil e em Portugal ao longo de prati-

35 – CASTRO, Ruy. *Era no Tempo do Rei. Um romance da chegada da corte*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

36 – LOUREIRO, Hélio. *O Cozinheiro do Rei D. João VI*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

37 – SCHWARCZ, Lilia Moritz e SPACCA. *D. João Carioca. A corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

camente todo o ano de 2008.³⁸ Organizado em capítulos curtos de prosa escorreita e incisiva, o livro foi meticulosamente concebido para poder agradar a um público pouco habituado, ou até alérgico, à escrita de pendor universitário. Apesar de não conseguir evitar alguns lugares-comuns de fácil refutação, é de elementar justiça reconhecer que o livro corresponde a um projeto sério de transpor para uma linguagem acessível os diversos quadros políticos, cenários sociais, ambientes culturais, condicionamentos econômicos e constrangimentos internacionais associados à presença da Corte no Brasil, sem esquecer o atrativo proporcionado por pequenas histórias cortesãs e pelos retratos e perfis biográficos de grandes personagens. O maior defeito do livro será, porventura, a frase sinistra e deturpada usada como sub título, criando uma expectativa de chalaça que não tem correspondência com a seriedade do conteúdo de jornalismo de investigação histórica que o autor pratica com pleno êxito. As alusões explícitas à “rainha louca”, ao “príncipe medroso” e à “corte corrupta” constituem penosa demonstração da força das regras de fraco marketing editorial a que um autor se sujeita, para felicidade de quem vende livros como se vendesse sabonetes.

IV

Das referências sintéticas ou simples menções que acima ficam registradas, sobre livros e ensaios em obras coletivas, sobre artigos publicados em revistas acadêmicas ou em periódicos de ampla divulgação e sobre comunicações em conferências e colóquios que ainda aguardam publicação, não restam dúvidas de que estamos diante de um rico manancial de informação e conhecimento acrescentado sobre o período da transferência e presença da Corte portuguesa no Brasil. É minha convicção de que se sabe hoje muito mais do que se sabia há dois anos sobre os múltiplos aspectos em que pode ser perspectivada a estadia da Corte em território brasileiro: da linguagem política à linguagem musical, da construção do espaço urbano à formação da identidade territorial, da administração interna aos negócios com o exterior, das matérias de economia aos assuntos de polícia, da organização da justiça aos cuidados de saúde, das ordens do reino aos segredos da Corte, da vida literária e cultural à descoberta científica. E em muitos outros aspectos que consubstanciam a diferença

38 – GOMES, Laurentino. *1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007.

entre a colônia que era a jóia da coroa e a colônia que passa a ser a capital do império.

As diversas instituições criadas no Brasil em 1808 – Ministérios, Conselho de Estado, Conselhos Militar e de Justiça, Tribunais, Intendência de Polícia, Junta do Comércio, Imprensa Régia, Banco do Brasil, Jardim Botânico, Academia dos Guarda-Marinhas, Escola Médica e Cirúrgica, entre outras – são hoje mais bem conhecidas e têm sido pesquisadas de forma inovadora, associando o trabalho de arquivo à interrogação hermenêutica acerca do seu lugar e função na nova ordem jurídica e política do império luso-brasileiro. E a minúcia das micro análises sobre atores políticos ou agentes econômicos individuais serve de complemento aos ensaios de interpretação de conjunto sobre o alcance das mudanças que a transferência da Corte originou.

Sem ambicionar a uma síntese das perspectivas de renovação historiográfica em presença ou em curso, julgo pertinente assinalar, em termos de balanço global, duas *linhas de força* essenciais que atravessam a produção mais recente sobre a transferência da Corte.³⁹

Em primeiro lugar, a consolidação definitiva da interpretação de que a partida ou retirada do Príncipe Regente D. João, com sua família e Corte, tem que ser vista como resultado de um longo processo de envolvimento de Portugal na conjuntura de forte beligerância entre os principais Estados europeus, polarizados em torno da França e da Inglaterra. Desde 1804 que Portugal vinha ensaiando e conseguindo cumprir uma política de neutralidade que, a partir de outubro de 1807, deixou de ser exequível. Quase em simultâneo, Portugal contemporiza com a França e promete aceitar as condições do Bloqueio Continental, encena uma falsa declaração de hostilidade para com a Inglaterra e combina em secreto com esta potência como proteger a retirada da família real para o Brasil. Ao querer estar de bem com os dois rivais, Portugal encontrava-se, afinal, na estranha situação de se declarar em guerra contra ambos. O que, manifestamente, era um exercício de neutralidade que fazia temer o pior destino ao seu território.

No contexto europeu e dos fogos cruzados em que se viu envolvido, Portugal valia pela importância estratégica dos seus portos e pela riqueza

39 – Para uma visão historiográfica mais ampla, que cobre maior variedade de estudos produzidos antes de 2007, veja-se o muito útil roteiro de GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “A historiografia e as dimensões do reinado americano de D. João VI.” In: *Revista Brasileira* (Academia Brasileira de Letras), vol. 54, 2008, pp. 163-184.

e potencialidades do seu império colonial, sobretudo brasileiro. A escassa dimensão do seu poder econômico ou bélico, à escala europeia, não lhe conferia prerrogativas de nação arbitral. Porém, a sua grandeza ultramarina agravava a sina de se tornar objeto apetecido e alvo de ambições estratégicas e rivalidades europeias que, definitivamente, deixava de poder evitar. Se o território tinha que ser defendido, transferia-se a Coroa e a sede do império para o local onde era mais importante fazê-lo, o Brasil.

Fica assim definitivamente ultrapassada a questão ociosa de saber se o Príncipe Regente D. João foi cobarde ou corajoso, ou se a fuga foi fortuita ou longamente planeada. Em suma, a questão interpretativa relevante consiste em entender a transferência da Corte na perspectiva do posicionamento português no tabuleiro europeu em que se jogava o destino dos países que recusavam aceitar o Bloqueio Continental decretado por Napoleão. Esta orientação de pesquisa é um *acquis* irreversível e tem sido sobretudo acarinhada pela historiografia portuguesa, no lado europeu do Atlântico.

A segunda linha de força que se observa nos trabalhos mais recentes sobre a presença prolongada da Corte portuguesa no Brasil refere-se à interpretação da importância dessa presença para a própria construção da unidade nacional e independência política brasileiras. Esta matéria tem sobretudo interessado a historiografia brasileira, o que se afigura perfeitamente natural dado o peso de uma herança de interpretação muito crítica sobre as virtudes benéficas de D. João e sua Corte. Um testemunho cristalino desta tradição anti joanina é expresso nos escritos do grande historiador Evaldo Cabral de Mello, que as comemorações do bicentário ajudaram a recordar. Em seu entender, foi frustrada a tentativa de criação ou refundação de um novo império, resultante do gesto mágico de transferência da Corte para o Brasil, uma vez que, “na realidade, a construção imperial não passou de figura de retórica, com que a Coroa bragantina procurou desfazer a penosa impressão criada na Europa pela sua retirada súbita para os domínios americanos, apresentando-a como uma medida de alto descortínio destinada a habilitar Portugal a retemperar-se no Novo Mundo para regressar ao Velho na condição de potência de primeira ordem”.⁴⁰

Este modo de abordagem valoriza a posterior comprovação da incapacidade e incompetência para se ultrapassar a vã retórica e pôr em práti-

40 – MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal. História e Historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 42.

ca uma efetiva reforma do sistema político, institucional e econômico no Brasil. Explica por que falhou a mera replicação do sistema existente na metrópole continental, cuja transferência era motivada pela invasão e desarticulação do território. Ou seja, observa os acontecimentos e pondera as razões que demonstram ter sido impossível traduzir o programa e projeto imperial em políticas e ações concretas de construção de um sistema adequado às novas circunstâncias, designadamente as que resultariam de um regime econômico erguido sob a égide de princípios liberais.

Este modelo de interpretação, cuja legitimidade e pertinência de modo algum se pretende questionar, vai ao encontro do que Maria Odila Silva Dias definiu como a “interiorização da metrópole”, ou seja, reforça a ideia de que a chegada da Corte ao Brasil mais não fez do que criar as condições para a “transformação da colônia em metrópole interiorizada”,⁴¹ possibilitando a inserção das elites dominantes na sociedade brasileira nas estruturas de poder que reproduziam o modelo metropolitano, sem subversão ou desafio à ordem social estabelecida. Mas é também este tipo de análise que favorece uma visão crítica sobre os luxos e extravagâncias de uma casa real que beneficiou essencialmente o Rio de Janeiro, que assim pôde impor o seu poder central às restantes capitânias do Brasil, periféricas e fiscalmente exploradas.

Ora, é esta visão céptica e crítica sobre a nova administração do império luso-brasileiro que tem sido alvo de escrutínio e debate, introduzindo obrigatoriamente o problema de saber em que medida a chegada da Corte ao Rio de Janeiro foi um passo importante para evitar uma fragmentação semelhante à que ocorreu na América Espanhola e, consequentemente, para criar as condições de unidade do imenso Brasil. Trata-se de um argumento que colheu a atenção de Maria de Lourdes Viana Lyra⁴² e de André Mansuy Diniz Silva,⁴³ a propósito da discussão do programa imperial de reformas preconizadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e

41 – DIAS, Maria Odila Silva. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In Carlos Guilherme MOTA (org.), 1822. *Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972 [Nova edição in Maria Odila Silva DIAS, *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-37], p. 171.

42 – LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

43 – SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Lisboa e Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, vol II (L'homme d'État, 1796-1812), 2006.

que José Murilo de Carvalho bem sintetizou nos termos seguintes: “Sem a vinda da Corte não haveria Brasil. Em outras palavras, a vinda da Corte foi condição necessária, embora não suficiente, da existência do Brasil assim como hoje o conhecemos”.⁴⁴

O debate está longe de se poder considerar encerrado. Mas não há dúvida que as comemorações do bicentenário criaram oportunidade de aprofundamento desta e de outras matérias decisivas para a compreensão do significado da transferência e presença da Corte portuguesa no Brasil. Assente a poeira, terminados os festejos, é tempo de digerir e repensar o imenso volume de atividades que aqui procurei inventariar.

44 – CARVALHO, José Murilo. “D. João e as histórias dos Brasis”. In *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 56, 2008, p. 555.